



## ÉTICA E MEMÓRIA EM PAUL RICOEUR: O ABUSO DA MEMÓRIA MANIPULADA

Leonardo Bricio Araujo Aragon  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil  
Endereço eletrônico: leonardobricioaraujo@gmail.com

Lucas Soares da Silva  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil,  
Endereço eletrônico: lucassoaresdasilva93@gmail.com

Elton Moreira Quadros  
Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia (UESB), Brasil  
Endereço eletrônico: elton.quadros@uesb.edu.br

1382

### INTRODUÇÃO

A contribuição do filósofo francês Paul Ricoeur se estende a diferentes disciplinas. Seguindo esses passos, este trabalho situa sua discussão numa relação entre dois campos nos quais Ricoeur deu significativas contribuições: ética e memória. Este trabalho tem o objetivo de relacionar ética e memória na obra ricoeuriana, com o foco principal na questão da manipulação política da memória e como ela afeta a relação entre si mesmo e outrem.

Primeiro procederemos a uma breve exposição da visada ética ricoeuriana. Ao discutir sua tríplice constituição ficará evidente os sujeitos implicados na vida ética. A partir daí, haverá uma exposição sintética sobre o uso da memória no que diz respeito à dimensão na qual se poderá falar de uma memória manipulada. Por fim, propomos uma reflexão sobre os usos concertados da memória pelos detentores do poder.

### METODOLOGIA

Para este trabalho realizamos a leitura de obras do autor, especialmente *O si-mesmo como um outro* (2014), *A memória, a história, o esquecimento* (2007), e de outros textos complementares de comentadores do texto ricoeuriano. Utilizamos para a leitura o método fenomenológico hermenêutico do autor.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ética para Ricoeur possui uma estrutura tríplice sendo cada um dos seus elementos de igual importância para a constituição da visada ética que ele propõe (RICOEUR, 2014). No livro *O Si Mesmo Como Outro*, encontramos uma significativa exposição sobre a sua concepção ética nos termos: "a visada da 'vida boa' com e para outrem em instituições justas" (RICOEUR, 2014, p. 186).

O primeiro dos três componentes da visada ética ricoeuriana é a visada da "vida boa". O bem-viver é o que buscam todos ao agir no mundo, por isso é necessário começar o percurso ético por esse elemento. Nas palavras do autor: "seja qual for a imagem que cada um tenha de uma vida plena, esse coroamento é o fim último de sua ação" (RICOEUR, 2014, p. 187). A vida boa no desígnio ético, porém, não é completa em si mesma, pois, assim como os demais elementos dessa perspectiva ética, ela se concretiza na relação com os outros dois componentes dessa estrutura tríplice.

A realização da vida boa não acontece no isolamento. São necessárias as relações com outrem para que ela seja possível, ou seja, carece do elemento alteridade. A noção de alteridade pressupõe o si e o diferente de si. Em outras palavras, para que se possa afirmar um "eu" é preciso que haja um não-eu, o "tu", sendo, portanto, a figura do outro fundamental na formação da própria identidade. Verifica-se, portanto, que "[...] a alteridade é um termo cuja semântica se alimenta de uma relação, que, no caso, é uma relação antinômica, a saber, a relação entre o mesmo e o outro" (HENRIQUES, 2002, p. 2-3). É nessa interação entre si mesmo e o outro que a visada de uma vida boa pode deixar de ser apenas um voto, um projeto, e tornar-se realidade.

Esse outro da visada ética é discutido em duas diferentes acepções. A primeira é a do outro próximo que se refere às relações interpessoais face a face – por exemplo, amigos e familiares. Essas relações de maior proximidade estariam marcadas, segundo Ricoeur (2008), pelo signo da amizade. Essa amizade da qual se fala não diz respeito unicamente ao sentimento de afeto quanto aos amigos. Seu sentido, na esteira de Aristóteles, tem a ver com a ideia de uma virtude, de um determinado modo de agir com e diante do outro que a configura como uma atividade, um hábito. A segunda acepção de outro em Ricoeur se refere àqueles que nos são distantes, aos terceiros, em todo ou parte desconhecidos para nós – os outros nos coletivos, nas nações e, em última instância, em toda a humanidade.

1383



Nossas relações não se dão apenas com o “outro próximo”, por isso para conviver eticamente em conjunto, se faz necessária também a virtude da justiça (RICOEUR, 2008). As relações humanas, inicialmente pensadas como relações interpessoais, agora se estendem às relações institucionais. “[P]or instituição entendemos aqui a estrutura do *viver junto* de uma comunidade histórica - povo, nação, região etc. -, estrutura irreduzível às relações interpessoais [...]” (RICOEUR, 2014, p. 215, grifo do autor). Nessas estruturas do viver em conjunto, o encontro não se dá apenas com o outro próximo, mas também com o outro distante, aqueles terceiros cuja justiça deve alcançar por meio das instituições.

Convém dizer que a alteridade é um traço essencial também para a reflexão sobre a memória. Do mesmo modo que a visada ética tem uma constituição tríplice onde cada elemento se refere a um dos sujeitos do viver em conjunto, podemos falar “de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros” (RICOEUR, 2007, p. 142). Podemos aqui iniciar uma reflexão ética no campo da memória na medida em que somos seres que lembramos em conjunto.

Na trama do viver junto, as lembranças de cada um se entrelaçam em uma rede complexa na qual se confundem o pessoal e o coletivo, o privado e o público. Como explica o autor:

“[...] é preciso recordar o paradoxo da memória que faz com que não haja nada de mais pessoal, de mais íntimo e mais secreto do que a memória, mas que as memórias de uns e de outros, entre parentes, vizinhos, estrangeiros, refugiados – e também adversários e inimigos – estejam incrivelmente enredadas umas nas outras ao ponto de, às vezes, já não se distinguir nas nossas narrativas o que é de cada um [...]” (RICOEUR, 2005, p. 1-2)

A relação que as lembranças têm com os sujeitos da memória não se explica apenas no nível cognitivo, pois a memória também possui uma dimensão pragmática (RICOEUR, 2007). “Lembrar-se” tanto pode fazer referência ao aparecimento espontâneo de uma lembrança, quanto ao processo voluntário de “lembrar-se”, a rememoração (RICOEUR, 2007). A possibilidade do uso comporta também a de haver o abuso, inclusive de uma manipulação pelos detentores de poder (RICOEUR, 2007).

A compreensão dessa problemática envolve simultaneamente a memória e a identidade, tendo em vista o lugar que aquela ocupa na reivindicação da identidade (RICOEUR, 2007). “[A] memória é incorporada à constituição da identidade por meio



da função narrativa” (RICOEUR, 2007, p. 98). Portanto, afirmar uma identidade é, em última instância, narrar uma história de si, em sua relação consigo, com as coletividades e instituições, o que exige um recurso à memória.

A manipulação da qual falamos se aproveita das fragilidades da identidade. Essa atuação pode ser facilmente vinculada aos níveis operatórios da ideologia: distorção da realidade, legitimação do poder e integração ao mundo (RICOEUR, 2007). A narrativa diz “o quem da ação” e é por meio dos recursos da narrativa que a ideologia pode operar na memória. Não é possível lembrar-se de tudo, tampouco narrar tudo. Narrar, portanto, é também selecionar alguns fatos como mais dignos de serem mencionados em comparação a outros. Essa margem de escolha que se manifesta em diversas formas de narrar, permite, além do simples uso, o abuso da memória através da sua manipulação política, visto que “não existe narrativa eticamente neutra” (RICOEUR, 2014, p. 114).

Essa manipulação, como dissemos, se aproveita das fragilidades próprias da relação entre identidade e memória. Uma dessas fragilidades é a percepção do outro como uma ameaça para nossa própria identidade. Existe o risco de a memória ser manipulada para que propositalmente a relação com o outro passe de uma aceitação para a segregação, do respeito e tolerância para a violência e intolerância de pessoas ou grupos diferentes.

A memória situada no âmbito institucional pode ser instrumento de poder sobre pessoas ou grupos; seja por meio da instrumentalização de traumas passados para incitar vingança e obsessão, por meio de um esquecimento velado a serviço da impunidade, ou ainda por outras tantas maneiras de instrumentalização da memória. Há de se ter em mente que “[...] pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela” (RICOEUR, 2007, p. 455). Portanto, é preciso pensar até que ponto e de quais maneiras se pode alcançar uma memória fundada nos princípios da justiça e do respeito a outrem.

## CONCLUSÕES

Para o filósofo francês o exercício da memória diz respeito à relação da pessoa consigo mesma, mas também às relações interpessoais (próximos) entre “eu” e “tu” e as relações institucionais (distantes), alcançando “cada um” no debate público. Esse exercício não é desprovido de pressupostos éticos.



Sendo assim, a memória manipulada com fins políticos constitui um exemplo claro de abuso ético da memória. As tentativas dos detentores do poder de tornar a memória um objeto de domínio, através das fragilidades da identidade (pessoal ou coletiva) indicam a necessidade de realizarmos uma reflexão sobre os riscos do exercício do poder sobre a memória, tendo como horizonte a visada ética proposta por Ricoeur: a vida boa com e para outrem em instituições justas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade. Alteridade. Instituições. Justiça.

1386

## REFERÊNCIAS

HENRIQUES, F. **A alteridade como mediação irrecusável** - uma leitura da Paul Ricoeur, comunicação no Colóquio realizado no Convento da Arrábida: Religiões - A tarefa da paz num mundo violento. Arrábida, 2002. Disponível em: <<http://home.uevora.pt/~fhenriques/textos-filocont/alteridadeempaulricoeur.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP. Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **O bom uso das feridas da memória**. [s.l]: Universidade de Coimbra, 2005. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/o\\_bom\\_uso\\_das\\_feridas\\_da\\_memoria](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/o_bom_uso_das_feridas_da_memoria)>. Acesso em 17 de abril de 2022.

\_\_\_\_\_. **O Justo 1: a justiça como regra moral e como instituição**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **O si-mesmo como outro**. São Paulo, SP. Martins Fontes, 2014.